



A Medicina e a Pediatria em tempos da Iª República

João Manuel Videira Amaral

Director da Acta Pediátrica Portuguesa

Pode afirmar-se que os primórdios da Pediatria actual coincidiram com o advento da Iª República. Comemorando-se em 5 de Outubro próximo o Centenário da Implantação da República em Portugal, entendemos ser oportuno recuar no tempo, evocando certos factos históricos e o pioneirismo de muitos, o que poderá contribuir para melhor compreensão do panorama do nosso tempo. Dada a importância da efeméride, entendemos também que tal decisão constitui um acto de justiça da Acta Pediátrica Portuguesa, no cumprimento da sua missão, concedendo o espaço da rubrica “Editorial” ao tópico em epígrafe.

Em Outubro de 1910 Portugal tinha cerca de 5,9 milhões de habitantes verificando-se emigração maciça para o Brasil. A população jovem correspondia a cerca de 34,4% (bastante diferente do panorama actual) e a mortalidade infantil era elevadíssima (209/1000). Por outro lado, as doenças infecciosas propagavam-se desmesuradamente, num contexto de miséria e de analfabetismo (este atingindo a imensa maioria de pessoas) e o país mantinha-se envolvido em lutas de miguelistas contra liberais, e de monárquicos contra republicanos. Em contraponto, assistia-se a uma fase de franco desenvolvimento dos países do norte da Europa, o que servia de exemplo ao resto do mundo.^{1,2}

No campo da Medicina atravessava-se uma época em que o método anátomo-clínico (florescente na Alemanha) era progressivamente substituído por uma medicina laboratorial e experimental, de base científica e rigorosa, exigindo actividade criadora e investigação original.³ Surgiu então uma dicotomia médica entre ciências básicas laboratoriais (representando uma medicina de base científica), e uma medicina dita clínica, exprimindo-se mais por arte do que por ciência. Em Portugal, como dizia Jaime Celestino da Costa, “a Ciência era coisa livresca e éramos parasitas da ciência alheia”.⁴ Vivia-se na época da homeopatia e considerava-se a criança como um adulto em miniatura, “bastando reduzir as doses preconizadas para o adulto, de xaropes, poções e pozinhos” citando Sara Benoliel.⁵

Apesar de todas as limitações de um país do sul da Europa (partilhadas com Espanha, Grécia e Itália), Portugal colocara-se, ainda no fim do século XIX, na vanguarda dos que se preocupa-

vam com a assistência hospitalar de crianças, separando-as dos adultos, tendo em conta o panorama vigente dos hospitais, verdadeiros asilos, em que as crianças eram “acumuladas” com adultos. E, a testemunhar tal facto está a criação do Hospital de Dona Estefânia na capital em 1877, e do Hospital de Crianças Maria Pia no Porto em 1881.³ Embora em áreas separadas, no primeiro eram (curiosamente) internados também adultos, o que aconteceu até muito tempo depois do termo da Iª República (1940).

Neste contexto, as Misericórdias eram as instituições que, em todo o país, contribuíam para minorar o panorama sombrio da Saúde através de múltiplos hospitais/hospícios no cumprimento das várias “obras de misericórdia”, de grande alcance social, uma das quais era “curar os enfermos”.⁶ Saliente-se, no entanto, que a instabilidade política instalada e certos excessos da Iª República, associados ao anticlericalismo e à clivagem religiosa da revolução, foram adversos às Misericórdias, muitas das quais foram encerradas pela sua ligação às Ordens Religiosas.⁷

No âmbito do ensino médico, torna-se imperativo realçar um acto político ocorrido em 1911, do maior alcance histórico e cultural, traduzido fundamentalmente pela promulgação de duas leis: 1 – uma lei, que recriou a Universidade de Lisboa (fundada seis séculos antes, em 1290, mas transferida mais tarde para Coimbra), e criou a Universidade do Porto onde, pela primeira vez, nasceu uma Universidade. Assim, as anteriores Escolas Médicas de Lisboa e Porto passaram a chamar-se Faculdades de Medicina e a ter Estatuto Universitário que sempre lhes fora negado; 2- outra lei, a da Reforma dos Estudos Médicos (precedida por relatórios prévios inovadores de personalidades académicas de Lisboa, Porto e Coimbra) seguramente influenciada pelos ventos de ciência e cultura que sopravam do norte da Europa, e pela reforma de Flexner, nos Estados Unidos da América do Norte.^{4,8}

Tratando-se de documentos históricos, admitimos de interesse transcrever o testemunho dos legisladores, a propósito da lei publicada no Diário do Governo de 22 de Fevereiro de 1911: “A Escola Médica de Lisboa... animada pelo desejo de reforma tinha, desde 1905, estudado e fixado as bases sobre o que entendia dever reformulá-la. Foram estas bases, com discus-

Correspondência:

João Manuel Videira Amaral
jmvamaral@fcm.unl.pt

são, alterações e pareceres da Faculdade de Medicina de Coimbra e da Escola Médica do Porto, que nos serviram de ponto de partida para a elaboração do presente diploma”. Com a colaboração das três Faculdades do país foi operada em 1918 uma reforma complementar, pondo particular ênfase na correcta definição de professores, assistentes, e nos seus modos de selecção.⁴

Nesta perspectiva, cabe uma referência especial à chamada “Geração Médica de 1911”, a qual integra um grupo de médicos e professores (Pulido Valente, José e Francisco Gentil, Reynaldo dos Santos, Augusto Celestino da Costa e muitos outros) que reformou a medicina portuguesa, portador de “ideal cultural e científico e movido por verdadeira vocação pedagógica”, e “que a representou na primeira metade do século XX.”⁴ Ou seja, transformou o ensino livresco das antigas Escolas Médico-Cirúrgicas, num verdadeiro ensino prático, de base científica.⁹

Falando da Geração Médica de 1911, cabe uma referência especial a Jaime Ernesto Salazar d’Eça e Sousa pelo seu papel crucial na criação das bases para uma Pediatria moderna que chegou aos nossos dias. Espírito cintilante e um dos cirurgiões mais notáveis do seu tempo, o seu interesse pela cirurgia e medicina infantil foi despertado muito precocemente, motivando um estágio e especialização nos EUA (Boston) onde, com 26 anos apenas, obteve diploma de especialização em Pediatria e Ortopedia. No dizer de dois dos seus colaboradores (Sara Benoliel e Isaac Levy), “produziu uma vastíssima obra e foi um incansável pioneiro dos estudos da Pediatria Médica e Cirúrgica, criando uma especialidade que não existia em Portugal e cujo desenvolvimento ao seu nome está ligado...” Em 1910 foi nomeado Professor Catedrático da secção cirúrgica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e, em 1911, para a regência da Cadeira de Pediatria e Ortopedia, já no âmbito da nova reforma.^{5,10}

Chamando a atenção para as especificidades do organismo em crescimento e desenvolvimento, contrariou, com fundamento científico, a noção de criança como adulto em miniatura, bem patente no pequeno livro intitulado “Doenças das Crianças”, publicado em 1921.^{5,10,11} Ainda em plena Monarquia (1903), fundara a primeira consulta de Pediatria no Hospital de São José, Lisboa, mais tarde transferida para o Hospital de Dona Estefânia onde ficou instalada a disciplina de Pediatria da Faculdade de Medicina de Lisboa até à sua morte, em 1940. Com Castro Freire sucedendo-lhe na Cátedra, a disciplina de Pediatria transitou para o Hospital de Santa Marta, ao tempo alugado pela Faculdade de Medicina para Hospital Escolar. No Hospital de Dona Estefânia foram contemporâneos de Jaime Salazar de Sousa, inicialmente Abel da Cunha (colaborador na Cirurgia) e Leite Lage (colaborador e responsável pela Pediatria Médica). No final da Iª República assume particular relevo no Hospital de Dona Estefânia o nome de Manuel Cordeiro Ferreira cujo prestígio e competência viriam a ser decisivos na formação pós-graduada de diversas gerações.^{9,12}

Na Universidade do Porto, o ensino pré-graduado da Pediatria teve início em 1917, confiado a A. Dias de Almeida Jr no ano

1917-18. Entretanto, factos insólitos testemunham, no Porto, as dificuldades dos pioneiros. Almeida Garrett, regente da disciplina a partir de 1919, não dispondo de enfermaria própria para a prática pediátrica, servia-se de duas camas cedidas pelo director duma enfermaria do hospital de Santo António, Couto Soares, que permitia internar e seguir apenas duas crianças do sexo masculino! Somente em 1925 lhe foi atribuída uma enfermaria própria com 18 camas para crianças até aos 8 anos e dois sexos. Após a Iª República melhoraram as condições do ensino com a criação, pelo mesmo professor, do Instituto de Puericultura do Porto, de grande alcance social.^{13,14}

Na Universidade de Coimbra o ensino da Pediatria foi iniciado no ano lectivo 1917-18 por Morais Sarmiento, ao qual sucederam Elísio de Moura, João Porto e, após o termo da Iª República, Lúcio de Almeida. Também na Lusa Atenas as dificuldades imperavam; de acordo com escritos da época, transmitidos na actualidade por Carmona da Mota, “a enfermaria de Pediatria esteve sempre entalada entre enfermarias de adultos e a consulta externa fazia-se no respectivo vestíbulo”.¹⁴

Alguém disse que a História não se repete, mas também não acaba. Com este escrito, pretendeu-se homenagear os valerosos pioneiros da Medicina e da Pediatria nos tempos da Iª República, verdadeiros lutadores contra muitas adversidades. São um exemplo para as novas gerações que encontraram quase tudo feito... A frase de António Machado “O caminho faz-se caminhando...” continua, pois, actual.

Referências

1. Ramos R. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros; 2009.
2. Rosa MJV, Chitas P. *Portugal: os Números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos; 2010.
3. Videira-Amaral JMV. *Neonatologia no Mundo e em Portugal. Factos Históricos*. Lisboa: Angelini; 2004.
4. Celestino da Costa J. *A Geração Médica de 1911*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa/Medinfar; 1999.
5. Benoliel S. Subsídios para a História da Pediatria em Portugal. *Rev Port Pediatr* 1985; 16:121-8
6. Dinis da Fonseca C. *História e Actualidade das Misericórdias*. Mem Martins:Editorial Inquérito;1996
7. Costa-Pinto A. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; 2004
8. Gomes-Pedro JC. Tempo, memória e destino. In: *O Ensino Médico em Lisboa no Início do Século*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 1999.
9. Cordeiro-Ferreira NT. Comunicação pessoal. Lisboa; 2010.
10. Levy ML. Comunicação pessoal. Lisboa; 2010.
11. Levy ML. J. Salazar de Sousa-o primeiro Catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa. In: *O Ensino Médico em Lisboa no Início do Século*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 1999; 215-23.
12. Mateus-Marques JA. *Médicos e Hospitais. Tempos e Andamentos*. Lisboa: Gradiva; 2000.
13. Ferraz AR, Guimarães H. *O Ensino da Pediatria na Escola Médica do Porto*. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; 2004.
14. Carmona da Mota H. Comunicação pessoal. Coimbra; 2010.